

TURISMO RURAL DA PESCA NO BIOMA AMAZÔNICO MATO-GROSSENSE (BRASIL)

Fishing tourism in the Amazon biome

Paulo José Libardoni

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
libardoniadv@hotmail.com

Luciana Maria Scarton

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
luscarton@hotmail.com

RECIBIDO 23.04.20 ACEPTADO 10.12.2020

Resumo: O Turismo da pesca enquanto atividade indutora de desenvolvimento rural sustentável. O turismo rural é uma atividade econômica apta a ser praticada pelos assentados rurais da reforma agrária em vista de suas dinâmicas de uso e apropriação dos recursos naturais no Projeto de Assentamento Itanhangá, localizado no Bioma Amazônico Mato-grossense. Objetivou-se conhecer e analisar os atores sociais e suas práticas laborais a partir do processo de organização política, social, econômica, cultural e ambiental. A pesquisa embasou-se no recolhimento de dados primários (trajetórias de vida dos assentados) no formato da pesquisa de campo participante e dados secundários de base pública (Censo Agropecuário Brasileiro), embasados teoricamente pela sociologia rural. Analisou-se as iniciativas endógenas e as alternativas construídas às restrições econômicas, sociais, culturais e políticas, aptas a elevar os atores sociais ao patamar do desenvolvimento rural. O turismo rural da pesca possui as condições de se tornar uma atividade econômica apta a alcançar o desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: Amazônia. Assentados. Pesca. Renda. Rural. Turismo.

Abstract: This article seeks to understand Fishing Tourism as an activity that induces sustainable rural development. Rural tourism is an economic activity apt to be practiced by rural settlers of agrarian reform in view of their dynamics of use and appropriation of natural resources in the Itanhangá Settlement Project, located in the Amazon Biome of Mato Grosso. The objective was to get to know and analyze the social actors and their labor practices based on the process of political, social, economic, cultural and environmental organization. The research was based on the collection of primary data (life trajectories of the settlers) in the format of the participant field research and publicly-based secondary data (Brazilian Agricultural Census), theoretically based on rural sociology. Endogenous initiatives and alternatives constructed to economic, social, cultural and political restrictions were analyzed, able to elevate social actors to the level of rural development. Rural fishing tourism has the conditions to become an economic activity capable of achieving sustainable rural development.

Keywords: Amazon. Settled. Fishing. Income. Rural. Tourism.

INTRODUÇÃO

O assentado da reforma agrária, produtor rural é aquele que pode manter nos espaços rurais as condições reais de proteção e conservação do meio ambiente (Schneider, 2009). Pode, independentemente de ser o assentamento sua principal atividade, auxiliar na conservação dos recursos que ainda restam, estabelecendo uma relação de desenvolvimento local sustentável. É nesse sentido que a pesca, enquanto atividade não agrícola, pode gerar frutos, tornando-se uma alternativa para a sua manutenção no assentamento.

É nesse contexto que o Projeto de Assentamento (PA) Itanhangá, localizado no Bioma Amazônico Mato-grossense, está inserido. Implantado no ano de 1995, com cerca de 1149 famílias assentadas e tem como atividade principal o cultivo da soja, no entanto, o turismo rural possui potencial para auxiliar no desenvolvimento econômico da região através da pesca. Localizado entre os rios Arinos e Teles

Pires, o Assentamento que já participa de um dos maiores eventos envolvendo a pesca no estado do Mato Grosso, o Festival da Pesca¹, ainda não explora todas as opções que a região permite. Portanto, esse estudo visa demonstrar que a pesca, enquanto atividade não agrícola, pode gerar renda ao assentado, desenvolver o turismo rural na região, bem como preservar o meio ambiente, já que a atividade proposta nesse íterim se trata da pesca esportiva.

A pesquisa foi desenvolvida no período entre os anos de 2008 e 2009 e envolveu o método de observação participativa, onde a convivência com os moradores permitiu um maior conhecimento da realidade local a ponto de embasar a proposta desse estudo.

Tendo como fundo teórico a abordagem do desenvolvimento rural sustentável, objetiva-se demonstrar que o turismo rural da pesca pode ser uma alternativa de geração de renda aos assentados do PA Intanhagá. Trazendo um repensar das formas de desenvolvimento rural local sustentável, a partir da multidisciplinaridade, o turismo enquanto atividade não agrícola desempenha um importante papel capaz de alinhar as fronteiras econômicas, jurídicas, sociais e culturais entre o urbano e do rural.

AS BASES TEÓRICAS DE UMA REFLEXÃO POSSÍVEL

Ater-se às problemáticas atuais, sejam elas de marginalização econômica, social, étnica ou de gênero, incluídas a degradação ambiental voltadas ao meio rural, perpassa aceitar um retorno ao passado de nossa formação social, seja mais do que uma simples leitura didática, mas uma obrigação de estudo e de pesquisa. Deste modo, analisar as relações de coexistência do homem com a natureza é compreender o hoje a partir de marcos históricos do ontem e um deles é:

A evolução da agricultura, que se iniciou cerca de 12.000 anos A.C., seguiu esses mesmos princípios. Era uma atividade nômade até que o homem começou a construir aldeias e a explorar áreas próximas. O

1 <http://www.mt.gov.br/-/9885102-comeca-em-mt-o-maior-festival-de-pesca-de-agua-doce-do-mundo>.

processo de domesticação de plantas e animais representou o início de um período de grande desenvolvimento, que levou a sociedade a se transformar de um sistema de organização social simples em sistemas de complexidade crescente. A maior complexidade imposta pelo crescimento das sociedades tornou necessária a implantação de plantios cada vez maiores, os quais interferiram e desequilibraram o ambiente. A exemplo do que ocorreu no mundo, no Brasil não foi diferente: grandes áreas foram desmatadas para implantação de uma agricultura intensiva ou para pastoreio. O processo produtivo dessas áreas não caminhou sempre em uma curva ascendente, muitas propriedades conheceram períodos áureos e também períodos de declínio, haja vista os ciclos econômicos do café e da cana-de-açúcar, entre outros. Para estes casos é fundamental que fontes alternativas de renda tornem sustentável a propriedade, e uma das alternativas apontadas para o espaço rural é o incremento do turismo nas suas diversas modalidades. (Inácio, 2010, p. 134)

Já a formação histórica do território brasileiro e os conflitos ambientais aqui instaurados para Verdum (2005) perpassa compreender que são fundamentais nesta relação às dinâmicas de uma natureza tropical e a incorporação do país à expansão do capitalismo, desde o período colonial europeu do século XVI até os dias de hoje.

O resgate histórico-geográfico desta incorporação revela que os conflitos ambientais não se limitam ao que se observa atualmente. Esses conflitos são o produto da sequência de modelos exploratórios adotados nos diversos ecossistemas brasileiros, das demandas do mercado interno e mundial, dos planos de desenvolvimento elaborados na perspectiva da concentração industrial e da reestruturação das atividades agropecuárias na primeira metade do século XX.

No caso do Mato Grosso, Azevedo e Pasquis (2007) atentam para a ocupação dos espaços rurais a partir colonização mato-grossense, iniciada após o ano de 1930, promovida pelo governo e iniciada no sul do estado, onde tiveram preferência os migrantes nacionais.

Em 1971 é criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sendo transferido o processo de colonização para o

setor privado, que inicia a colonização no norte do estado. Havia, naquele período, a clara intenção de ocupação da Amazônia Legal, em especial o Mato Grosso e o Pará.

O Bioma da Bacia Amazônia Mato-grossense, em vista de que o Estado de Mato Grosso é integrante da Amazônia Legal, experimentou e experimenta os efeitos da Reforma Agrária. Um conjunto expressivo de famílias precariamente assentadas no rural labutaram por anos pela sobrevivência e pelo desenvolvimento da região.

Parte destas dificuldades foram destacadas por Sparovek (2003):

1. A seleção de áreas para reforma agrária prioriza (ou não se preocupa com) situações em que a degradação ambiental é mais expressiva e isso traz, em tese, a responsabilidade de recuperação para o governo ou os futuros assentados, sem ônus ao proprietário desapropriado;
2. As implantações dos sistemas de produção agrícola levam à degradação das APPs e RLs, fato que pode ser oriundo da demora na liberação de créditos, forçando os assentados a buscar recursos na exploração desses recursos naturais (extração de madeira e carvão em APPs e RLs ou em outras áreas sem planejamento);
3. Áreas em que são implantados os assentamentos ainda apresentam predominância de cobertura florestal, sendo assim necessário o desmatamento para viabilizar os sistemas de produção ocorrendo com muitas áreas localizadas no território amazônico mato-grossense.

Toda esta realidade descrita pelo autor ora citado, foi sentida pelas famílias do PA Itanhangá/MT, fundado com base no Projeto de Assentamento Tapurah/Itanhangá, tem sua trajetória marcada por fortes impactos ambientais devidos a substituição da mata nativa amazônica pela implantação da agricultura, fortemente baseada no modelo exportador monocultor (*commodities*). E o balanço de toda esta trajetória histórica, que marca a presença humana a partir de sua

necessidade mais básica e vital que é a alimentar, sendo gerida pelo desenvolver da agricultura como o meio principal, vem gerando preocupações e atenções em uma constante busca por alternativas aos pequenos produtores familiares ao futuro.

A presença humana é o somar da abertura de lavouras, de estradas, a pecuária, as queimadas, o extrativismo predatório, o trânsito de barcos nos rios, cevas, a pesca predatória, a queima de combustíveis fósseis, poluição física, química e sonora, dentre outras que vem paulatinamente ocorrendo nos últimos tempos que geram graves lesões ao meio ambiente. Deste modo, é um dever sopesar e planejar, com ampla atenção ética para que as alternativas, e aqui o turismo da pesca é uma delas, construa-se ou passe a ser um instrumento positivo e frutífero à preservação e conservação do meio ambiente, sendo ainda capaz de transformar este assentado/pescador/visitante dos espaços rurais em agentes do desenvolvimento sustentável.

Neste sentido:

A importância do estudo dos aspectos éticos no desenvolvimento do formato das atividades no espaço rural agrícola e de pesca, seja em Santa Catarina, seja no interior do Ceará, dá-se pelo fato de o turismo ser uma atividade extremamente negativa se no seu planejamento não forem consideradas todas as particularidades do local e de seus aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais. A intensa presença do fenômeno turístico no cotidiano, assim como todas as suas transformações socioculturais, tanto aquelas de caráter positivo como as de negativo, evidenciam bons e mais exemplos de como a atividade pode desenvolver-se além dos diversos fatores que a influenciam e determinam o sucesso ou o fracasso da experiência turística, seja entre os visitantes seja entre os visitados. (Silva e Junior, 2010, p. 109).

Estas transformações devem ser atentamente observadas no local, constituídas com o escopo de formar/qualificar renda e emprego, mas principalmente para que consiga ser sustentável ambientalmente, preservando e conservando o que resta do bioma amazônico passível de proteção, pois o turismo enquanto alternativa não ocorre de forma homogênea. Para Santos e Pires (2010) turismo rural não ocorre de forma homogênea, pois não se desenvolve do mesmo modo no

território brasileiro, nem mesmo internamente, nas regiões do país, sendo umas mais desenvolvidas e modernizadas e outras menos. Cada Estado tem suas particularidades em termos de organização territorial e institucional que condicionam as ações governamentais e as articulações e parcerias com a sociedade. Por isso, as políticas nacionais em torno do turismo rural como paradigma geral devem estar aliadas a políticas regionais e estaduais, para que todas as diferenças sejam atendidas no processo de desenvolvimento do turismo rural no país. Assim, no caso do PA Itanhangá ele é determinado pela presença de bons rios, lindos, enormes e esportivos peixes, flora rica e preservada, fauna protegida que perfazem o objeto de desejo do visitante/turista que sonha em ver e sentir as belezas naturais.

Deste modo:

The Rural tourism provides examples of the potential of the RNFE and of how to increase benefits to the poor. The benefits are generally greater for the non-poor than the poor, particularly the poorest. However, in Southern Africa, Uganda, Nepal, Ecuador and St Lucia, pro-poor tourism initiatives were able to increase the incomes of the poor, and also to strengthen community institutional capacity, protect the environment, and create new commercial and political partnerships involving poor people (Ashley et. al. 2001). The initiatives took different forms, but all depended in one way or another on state policy, regulation and co-ordination: for example, providing infrastructure, legislating for secure tenure, using planning controls to encourage private operators to make implement pro-poor commitments, and generally encouraging Pro-Poor Tourism partnerships. (Ashley e Maxwell, 2001, p. 401)

Diante dessa contextualização, buscar-se-á o equilíbrio entre o Meio Ambiente, a Agricultura e o Turismo da Pesca sob a perspectiva do Desenvolvimento Rural, com o condão de instrumentalizar o Turismo da Pesca no Mato Grosso. Objetivando a criação de uma alternativa endógena de construção ou reconhecimento de um sustentável modelo de desenvolvimento rural, local e participativamente concebido, estando apto a fortalecer os atores sociais e contemplar positivamente a realidade ambiental local amazônica.

Para Long e Ploeg (1994) uma perspectiva centrada nos atores, parte do pressuposto de que diferentes agricultores definem e operacionalizam seus objetivos e práticas de gerenciamento agrícola com base em diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas. Muitas vezes esses projetos que acarretam modelos de ação são, de certo modo, respostas a outros projetos formulados, por exemplo, por agências estatais ou de agronegócio.

É necessário encarar o desafio ambiental proposto por Assad e Almeida (2004) considerando que a agricultura e a pecuária são atividades que causam impactos ambientais, decorrentes da substituição de uma vegetação naturalmente adaptada por outra que exige a contenção do processo de sucessão natural, visando ganhos econômicos, e desta forma o desafio consiste em buscar sistemas de produção agrícola ou não agrícolas adaptados ao ambiente de tal forma que a dependência de insumos externos e de recursos naturais não-renováveis seja mínima.

Baudel Wanderley (2001) destaca que a sociedade brasileira passou a ter uma percepção positiva crescente do meio rural enquanto alternativa para os problemas de emprego, para a melhoria da qualidade de vida, para a melhoria da proteção da natureza.

E o turismo da pesca no espaço rural enquanto atividade produtora de renda, complementar ou não da atividade agrícola, pode ser a

[...] **resposta à reestruturação da economia decorrente dos impactos causado pela modernização da agricultura** e, conseqüentemente, com a exclusão do processo produtivo de muitos agricultores, estes acionam novas estratégias de reprodução econômica e social que culminam na emergência de atividades não agrícolas. O espaço rural que era apenas provedor de matéria-prima e de alimentos constitui-se em um ambiente de sociabilidade, de interação entre homem e a natureza e de manifestações culturais, motivadas especialmente pelo turismo. [...] Assim, a **pluriatividade** surge como uma das formas de revitalização do meio rural, especialmente das formas de produção, apresentada diante da heterogeneidade rural, constituindo-se como uma das alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural, assim como uma proposta de dinamização socioeconômica construída a

partir dos próprios agricultores, **privilegiando o potencial endógeno**. Sua principal função é diversificar a economia local, diminuindo as dificuldades, as restrições e as adversidades do mercado externo e do mercado global. Dessa forma, **incentivar a combinação de atividades agrícolas com não agrícolas se sustenta na sua capacidade de geração de renda, ampliação das oportunidades de trabalho, diminuição do êxodo rural e das vulnerabilidades produtivas e de preservação natural, resultando na reprodução socioeconômica familiar**. (Lunardi, 2010, p. 256) (Grifo acrescido)

Elesbão (2010) define que neste novo contexto, o rural passa a ser olhado não somente como o local de produção de matéria-prima, alimentos e serviços, mas como local onde ainda se pode ter contato com a natureza e uma melhor qualidade de vida e essa valorização do rural e da natureza podem implicar a dinamização de determinadas regiões e potencializar a geração de sinergias para o desenvolvimento.

Em termos conceituais, existe certa polêmica em determinar quais seriam as correntes definidoras do Turismo Rural², sejam pelas influências práticas e teóricas já desenvolvidas na Europa, sejam pela atenção que nas últimas décadas vem recebendo o turismo e em especial o turismo rural e de natureza do Brasil.

A Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR) define o Turismo Rural como o conjunto de atividades turísticas praticadas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando

2 A partir da leitura de alguns trabalhos, muitos deles recentes, parece ser possível acatar a definição de que quando se fala em turismo rural se está referindo ao conjunto de modalidades e empreendimentos que tem lugar no espaço rural tais como o agroturismo, o ecoturismo, o turismo cultural, o turismo desportivo, o turismo ecológico, os hotéis e fazendas etc. Portanto, é pensando nestas formas de organização econômica e produtivas que prestam serviços e/ou atividades de acolhimento, transporte, hospedagem, alimentação, lazer, recreação e entretenimento e outros que se estará referindo ao mencionar o turismo praticado em áreas rurais. Por conta desta definição abrangente de turismo rural, vale salientar que a unidade de referência ou análise das atividades incluídas nesta definição passa a ser o próprio espaço rural [...]. (SCHNEIDER, 2009, p. 264-265)

valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (SCHNEIDER, 2009). Este é o marco conceitual resultante das Oficinas Nacionais realizadas em Brasília no ano de 1998.

Estas dificuldades teóricas e práticas de se definir o turismo na área rural ou no meio natural, na visão de Tulik (2010), se devem a complexidade das modalidades e as dificuldades para categorizar o turismo em relação aos critérios definidores do que é rural para os que não são rurais.

Nos estudos sobre o desenvolvimento rural, o espaço rural e o urbano formam um *continuums*. Naquele, estariam incluídas as atividades naturais nascendo assim os tipos: Turismo no Espaço Rural, o Turismo em Áreas Rurais e o Turismo Rural que em muitos casos usado como sinônimo dos demais. Estas atividades estariam aptas a englobar as práticas em meio a natureza, como os hábitos, técnicas e modos de vida no rural.

Deste modo, não é de hoje que o rural passa a ser visto como lugar de lazer, recreação e contato com a natureza, de contato com a família - pais e avós que ficaram no rural enquanto os filhos e netos foram para a cidade e estes visitavam aqueles nos finais de semana e ou feriados - para o sossego, ócio, pesca, andar a cavalo, banhos de chuva e os banhos de rio. Assim, percebe-se, que isto deixou de ser uma relação exclusivamente familiar de visita e passa a ser uma relação de visita turística.

Com todas as qualidades que o espaço rural brasileiro sempre teve, os novos olhares tendem a qualificar pela via do turismo. Gerando um repensar na oposição entre o rural e o urbano, e em toda a gama de atividades aptas a induzirem o desenvolvimento rural, que por sua heterogeneidade e por sua diversidade de locais, modos e meios podem restar potencializados em nível nacional.

Toda esta diversidade amazônica pode não ser abarcado pelos conceitos ora definidos, requerendo assim, uma atenção especial tanto na pesquisa apta a construção teórica como conceitual multidisciplinar imposta pelas teorias do desenvolvimento. Assim,

[...] as novas oportunidades de aproveitamento do patrimônio de recursos do meio rural, cujos bens agregam importantes elementos sob o ponto de vista histórico, étnico, cultural e socioeconômico. A apropriação desse patrimônio pelo turismo, que transforma e qualifica os recursos como atrativos turísticos, é algo que interessa tanto aos empreendedores rurais quanto ao público visitante. A partir da movimentação de pessoas e capital, o turismo gera, na propriedade, o consumo de produtos de artesanato ou alimentícios (agroindustrializados de forma caseira ou *in natura*), a vivência de aspectos intangíveis concernentes à ruralidade (histórica, cultura e construções típicas do lugar, costumes, modo de vida, saberes e fazeres) à natureza (paisagem, ar puro, clima) e de serviços (hospedagem, alimentação, entretenimento e lazer). (Fucks e Souza 2010, p. 98)

Repensar as formas de desenvolvimento, rural, local e sustentável, a partir da multidisciplinaridade é perceber que o turismo, enquanto atividade não agrícola ou do urbano e do rural, a partir destas novas trocas. Amenizando e equilibrando as pressões da urbanização buscando o revitalizar e o revalorizar da diversidade ambiental ainda existente nos espaços rurais e naturais mato-grossense.

O Desenvolvimento Rural como descrito por Almeida (1997) e Navarro (2002) é essencialmente multidisciplinar (Miguel, 2006), fundamentando-se teórica e metodologicamente em diversas áreas do conhecimento, das ciências humanas às ciências agrárias, passando pelas ciências sociais aplicadas. As subáreas que contemplam este tema são a sociologia, a antropologia, a economia, a administração, a comunicação, a agronomia, o planejamento regional e demografia, dentre outras. O desenvolvimento rural é também uma noção em plena mutação, verdadeira ideia-força que tem sido fonte de debate e conflitos sociais pelo mundo afora.

Ao perfilar olhares sob estas formações Moura, Almeida e Miguel (2004) descrevem que nas últimas décadas, o debate sobre o tema desenvolvimento sustentável chegou a quase todas as esferas da sociedade. A expressão desenvolvimento sustentável, que procura condensar a necessidade de conciliar o crescimento econômico com justiça social e preservação ambiental, se popularizou a partir da

divulgação do Relatório Brundtland. Ao mesmo tempo, passou a gerar polêmicas em função dos poucos avanços, em termos de consensos obtidos nesta questão. Várias iniciativas científicas têm proposto formas de minimizar os problemas sociais e ecológicos, causados pela ação antrópica nos ecossistemas.

Historicamente,

[...] the sustainable rural development emerged in opposition to two alternative paradigms (Marsden 2003:1-21): the agro-industrial and the post-productivist paradigm. The agro-industrial paradigm, which emerged in the 1960s, is informed by a neo-liberal virtual logic of scale and specialisation that ties farms and agri-food into an industrial/bio-science dynamic. The imperative of cost/price reduction through continued adoption of technological advancements and continued scale enlargement has locked large areas of rural space in the 'treadmill' of production and profit maximisation (Ward 1993), where they are unable to compete in the 'race to the bottom' (Marsden et al. 2001:77; van der Ploeg and Renting 2000:529). (Sonnino e Kanemasu e Marsden, 2006)

Para Chiriboga e Plaz (1993) o desarrollo rural sostenible el conjunto de intervenciones destinadas al crecimiento sostenido de todas las formas de actividad económica en el medio rural; a promover la participación y el empoderamiento de los grupos rurales, particularmente de los más pobres y excluidos y a consolidar sus organizaciones; así como a mejorar las condiciones y calidad de vida de dicha población.

Além da sustentabilidade, o espaço natural brasileiro conheceu e conhece segundo Coutinho (2009) a acelerada dinâmica de uso das terras, associada à elevada incidência de pontos de queimadas observadas na Amazônia Legal, atingiu proporções alarmantes, atraindo as atenções de políticos, de ambientalistas e da sociedade nacional e mundial. Diferentes políticas, estratégias e ações de monitoramento e controle foram propostas, com o objetivo de conter o deslocamento e o avanço da fronteira agrícola sobre as áreas de vegetação natural remanescente, mais especificamente sobre a Floresta Tropical Úmida.

O Mato Grosso está localizado na Amazônia Legal, deste modo apresenta características especiais para o entendimento das relações entre o uso e a ocupação das terras, e a incidência das queimadas ao congregarem importante diversidade ambiental e sociocultural. A ocupação humana do espaço amazônico deriva de um cenário de transformações e de um histórico de estratégias, motivações políticas e ações. A evolução de tal ocupação está intimamente relacionada a algumas ações governamentais de incentivo ao povoamento da região e as tentativas de controle e de solução dos impactos ambientais e sociais gerados ao longo desse processo.

Exemplo desta realidade é descrito por Soares (2008) quando nos projetos de assentamento em que o meio físico não é o fator considerado na distribuição espacial da infraestrutura e benfeitorias, é usual deparar com investimentos elevados e ineficazes, a exemplo de extensas áreas desmatadas para a construção de estradas vicinais com excessivas obras de arte. Pode ocorrer de o assentamento das famílias incidir em solos muito arenosos ou alagadiços, em relevo desfavorável e até mesmo em áreas com cobertura de florestas primária, o que é vetado pelo Código Florestal Brasileiro. Quando as políticas públicas de educação e de assistência técnica não apresentam resultados condizentes com os investimentos, as justificativas costumam ser atribuídas à precária condição da infraestrutura do projeto, o que pode contribuir para o desinteresse local com a preservação dos recursos naturais.

A relação dos seres humanos com o meio ambiente Almeida (2009) esclarece o fato da problemática ambiental nos espaços rurais e a relação dos seres humanos com o meio ambiente. Deste modo, pode-se perceber que isto possui um caráter paradoxal porque há, neste caso, a imposição de uma série de novas normas legais, padrões produtivos e valores morais antes inexistentes. Para Almeida (2009), um dos resultados mais interessantes é perceber que, tal como os processos da chamada modernização conservadora da agricultura, também a introdução de políticas ambientais, aptas a gerar novas percepções sobre o meio ambiente. O que parece mostrar-se amplamente desigual - quanto à diversidade social destes espaços e às

oportunidades disponíveis aos agentes sociais - e desestruturante no que tange aos modos de vida existentes e pouco democrática (demonstrado pela desconsideração das experiências dos agricultores em relação ao ambiente onde vivem, trabalham, se divertem e retiram as condições para sua reprodução social).

O que permite pensar que os atuais padrões ambientais estão sendo mantidos em uma mostra clara de desigualdade ambiental, indo de encontro à sustentabilidade e a preservação da biodiversidade nas comunidades locais. Para tanto,

[...] é necessário desencadear um conjunto de ações que possibilite aos atores locais desenvolverem potencialidades para atuar nessa nova ordem. Em relação aos assentamentos de reforma agrária, há uma complexidade própria das relações sociais, com uma intensidade ainda maior, pelo espaço de vivência que compartilham. Nesses ambientes o conflito está presente de forma crua, proveniente não apenas do confronto com os outros, o representante do latifúndio e o Estado, mas, sobretudo, com o outro, o assentado [...] torna-se importante desencadear processos formativos de atores locais a fim de estimular o desenvolvimento de habilidades e de competências que produzam mudanças e auxiliem na produção da sustentabilidade dos assentamentos de reforma agrária. (Oliveira, 2009, p. 221)

Nesta perspectiva Gehlen e Mocelin (2009) descrevem que a construção do desenvolvimento sustentável tem por base o local e o patrimônio sociocultural, que perpassa a qualificação dos atores sociais, as identidades socioculturais das comunidades. Este patrimônio sociocultural de uma comunidade local pode ser compreendido como sendo o conjunto de características intrínsecas a uma comunidade que podem contribuir à mitigação das ações, gerando assim, seu desenvolvimento. Por isso, o local é o território onde se desenvolve uma determinada economia local, com suas relações específicas, superando o rural e o urbano, e estabelecendo articulações internas de respeito e valorização da diversidade e de

acordos solidários de cidadania, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

E por todo este conjunto teórico e conceitual desenvolvido, é importante ater-se a realidade local quando as unidades produtivas, quer sejam de agricultores familiares, pescadores, populações tradicionais ou outros, não façam uma simples troca das atividades agrícolas, que até então praticavam, por outras exclusivamente não-agrícolas, tal como os serviços, a recepção e acompanhamento de turistas, o transporte etc. É mais razoável pensar o turismo rural na perspectiva da pluriatividade das famílias e dos indivíduos, permitindo que mantenham múltiplas inserções ocupacionais e variadas fontes de rendimentos. (Schneider, 2009).

Deste modo, o turismo rural da pesca desenvolvido no Projeto de Assentamento Itanhangá e localizados no Bioma Amazônico Mato-grossense é capaz de impactar positivamente na marginal e precária situação de sobrevivência sofrida pelos assentados, valorizando-os em suas várias dimensões e mitigando os impactos aos recursos naturais ainda existentes.

METODOLOGIA

Este estudo é caracterizado como uma pesquisa descritiva, ou seja, com a função de descrever características ou funções do mercado e da sociedade. Sua aplicação baseou-se no levantamento de dados secundários e foi complementado através do método de observação não-estruturada (Malhotra, 2006).

Esse caminho foi escolhido pois o objetivo central foi monitorar todos os aspectos do fenômeno que pareciam importantes para o problema em foco, sem perder a flexibilidade para a identificação de possíveis componentes-chave para a elaboração do problema ou hipóteses. Desta forma, a observação ocorreu de forma natural, ou seja, a convivência do pesquisador no ambiente de estudo permitiu refletir com maior precisão a pesca enquanto atividade indutora de desenvolvimento rural sustentável.

A pesquisa ocorreu entre os anos de 2008 e 2009, através de 10 visitas pessoais às famílias assentadas. Neste período, anotações e fotografias foram sendo coletadas afim de auxiliar na análise dos dados.

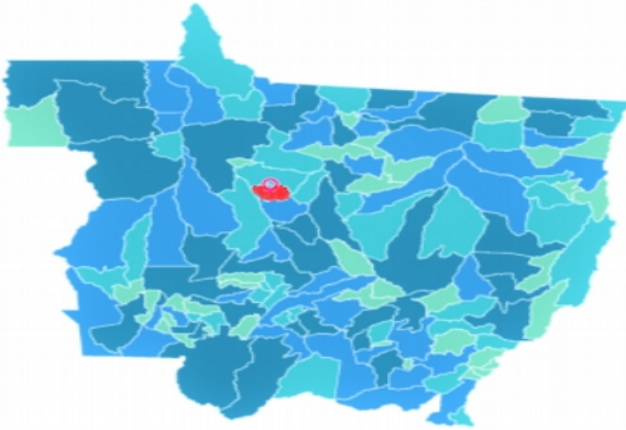
Já os dados secundários são acessados, principalmente via Censo Agropecuário do IBGE de 2006 e definição dos conceitos norteadores da compreensão do turismo rural da pesca enquanto atividade indutora de desenvolvimento rural sustentável. Adicionando-se a esta a revisão bibliográfica que objetiva apresentar o estado da arte dos conceitos de Desenvolvimento rural, Desenvolvimento sustentável, Turismo rural, Turismo da pesca, monocultura, Amazônia legal, degradação ambiental, entre outros.

DE PROJETO DE ASSENTAMENTO À MUNICÍPIO

O Projeto de Assentamento ocupou cerca de 115.035 mil hectares de terras localizadas no Bioma Amazônico Mato-grossense, quando cerca de 1.119 mil famílias foram assentadas em lotes de aproximadamente 100 hectares.

O município de Itanhangá ocupa certa de 289 hectares do total da área destinada ao Assentamento. Este município vem apresentando um ideário de crescimento econômico baseado na produção das lavouras temporárias (monocultura da soja e do milho), no extrativismo, na pecuária e já possui um passivo ambiental preocupante em vista da pujança da expansão da agricultura gerada pelas políticas agrárias da época e do etos colonizador sulista.

Figura 1. Localização do Município Itanhangá/MT

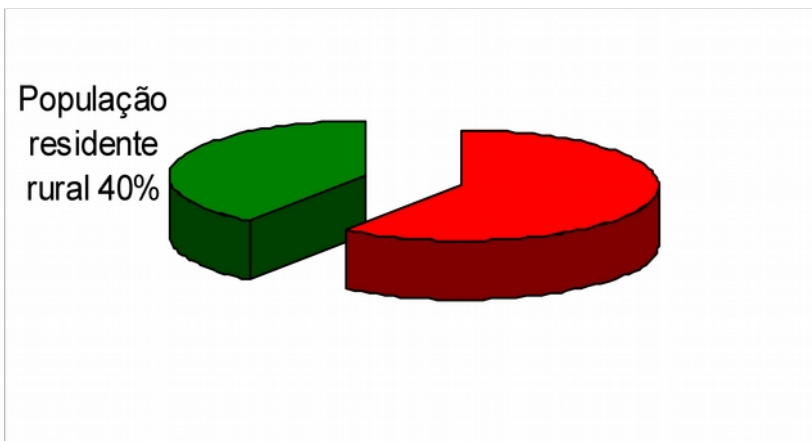


Fonte: IBGE - Cidades

O Município do Itanhangá faz parte da Mesorregião do Norte do Mato Grosso, a qual é subdividida na Microrregião do Alto Teles Pires e formada pelos Municípios de: Ipiranga do Norte, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Tapurah, Nobres, Nova Mutum, Nova Ubiratan, Santa Rita do Trivelato. O Projeto de Assentamento está localizado integralmente na Amazônia Legal, pois sua fauna e flora são reconhecidas biológica e legalmente como parte do Bioma Amazônico.

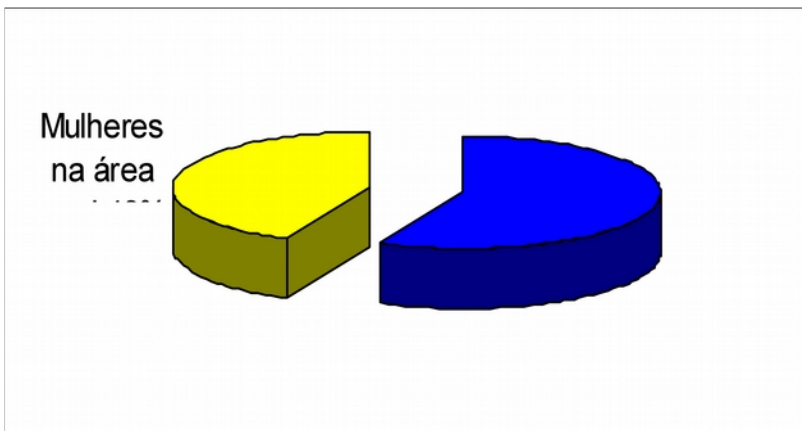
Dá formação do Projeto de Assentamento Itanhangá até a formação do Município de Itanhangá, o ocorrerá o deslocamento populacional dos lotes rurais para o espaço urbano. Como segue:

Gráfico 1. Distribuição da População Urbana e Rural no Município de Itanhangá



Fonte: Censo Agropecuário de 2006 – IBGE

Gráfico 2. Distribuição populacional por Gênero



Fonte: Censo Agropecuário de 2006 – IBGE

A partir dos gráficos 1 e 2 constata-se o deslocamento da população rural, sobretudo a feminina, para o espaço urbano. É importante destacar que para a participação da mulher, ainda presente nas áreas rurais, tem relação com a parte doméstica e administrativa das atividades ligadas ao turismo rural, enquanto o homem fica adstrito as atividades externas relacionadas aos instrumentos e ou utensílios utilizados. Do contrário, quais seriam as justificativas para que a mulher ainda estivesse ocupada no espaço rural, frente a queda destes números na escala nacional?

O Censo Agropecuário de 2006 quando trata da Pesca como parte do grupo das atividades econômicas que obtiveram receitas da venda do turismo rural pesca, no Brasil são 32 estabelecimentos, e destes, 14 estabelecimentos se localizam em Mato Grosso.

Quadro 1. Percentual de receita do turismo rural

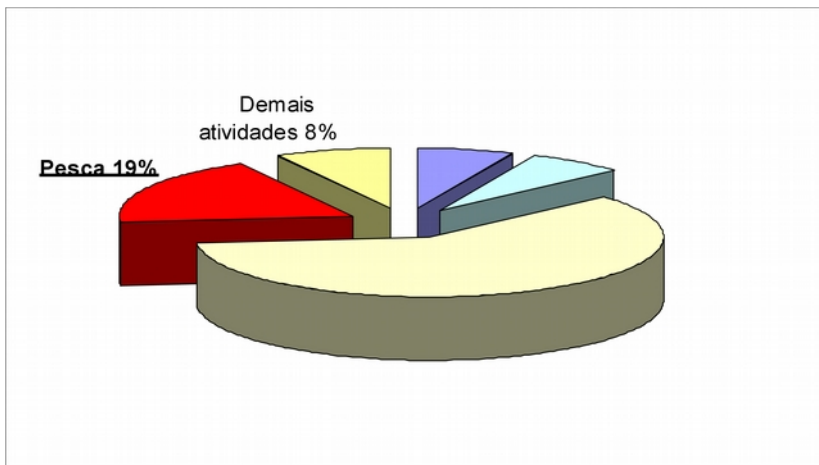
Estabelecimentos que obtiveram receita na venda de atividade				
Grupos da atividade econômica				
Produção de lavouras temporárias				
Horticultura e floricultura				
Produção de lavouras permanentes				

Fonte: Censo Agropecuário de 2006 – IBGE

Os dados apresentam a atividade da Pesca no Mato Grosso como a segunda atividade que mais forneceu renda na venda da atividade de turismo rural desenvolvida pelos estabelecimentos agropecuários no

ano. O que demonstra clara importância desta atividade enquanto fonte de renda em comparação a pecuária e criação de outros animais.

Gráfico 3. Estabelecimentos que obtiveram receitas no ano de 2006 – Mato Grosso



Fonte: Censo Agropecuário de 2006 – IBGE

A atividade da pesca ganha importância quando aproximada das outras atividades econômicas desenvolvidas no Estado de Mato Grosso, o que é qualificado em vista de que as pequenas propriedades possuem as condições para a implementação de tais práticas.

Quadro 2. Estabelecimentos que obtiveram receitas por grupo de áreas

Estabelecimentos que obtiveram receita por venda de atividades				
Grupos de área total (hectares)	Estabelecimentos	Receita (R\$)	Porcentagem da receita	Porcentagem dos estabelecimentos
Maiores de 0 e menos de 1				
De 1 a menos de 5				
De 5 a menos de 10				
De 10 a menos de 20				

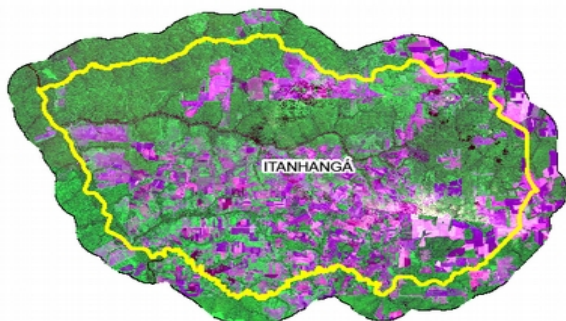
Fonte: Censo Agropecuário de 2006 – IBGE

Seguindo as informações fornecidas pelo Censo Agropecuário Brasileiro, vê-se também que tais atividades turísticas não estão concentradas em grandes extensões de terra, mas distribuídas nos vários grupos de áreas ora descritos. O turismo da pesca tem condições de ser implementada em pequenos espaços rurais, outro ponto interessante desta atividade que a torna passível de realização, pois estariam aptas ao desenvolvimento do turismo rural as várias áreas que ainda possuíssem parte dos recursos naturais preservados.

Quanto à distribuição das receitas em relação aos grupos de áreas, percebe-se que aproximadamente 47% destas estão direcionadas as unidades com áreas de 100 hectares, e o restante 63% para as áreas menores, que deste modo, estariam aptas a serem também receptoras desta parcela financeira com desenvolvimento da atividade da pesca, do turismo rural e do turismo rural da pesca.

A imagem do satélite mostra a realidade ambiental do município de Itanhangá que faz aguçar a necessidade de preservação:

Figura 2. Imagem de satélite do Município



Fonte: Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

As áreas tratadas da imagem de satélite³ (rosa, lilás e roxo) representam a parte ocupada e degradada da floresta amazônica e as demais – tecnicamente – estariam florestadas, no centro superior vê-se o trajeto do Rio Arinos.

O projeto de assentamento ainda possui espaços naturais conservados aptos ao manejo sustentável, as quais estão aptas ao desenvolvimento do turismo rural.

ATORES SOCIAIS: SUAS VIVÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Com base nas observações, pode-se notar que algumas das características encontradas no PA Itanhangá são similares a vários outros assentamentos criados pela região mato-grossense: o abandono dos lotes por parte do assentado, a demora na chegada da infraestrutura, a exemplo da luz, da água, da comida, da saúde, da vontade de ser um agricultor ou do sonho de ser um fazendeiro, fez com que muitos abandoassem o ideal de vida pretendido no espaço rural.

3 <http://www.dgi.inpe.br/CDSR>

Muitos aderiram a agricultura outros a pecuária, mas alguns aderiram aos planos de reflorestamento. Um conturbado modelo de reflorestamento que levam milhões de mudas de eucalipto e teca⁴ ao solo. Madeiras são utilizadas pelas empresas de secagem de grãos no município ou na região, já outras para exportação. Possibilitando, de forma mediata, um incremento na renda para as empresas e para os assentados, pois a empresa que corta, é a mesma que planta, aduba, controla as pragas, restando ao assentado a responsabilidade de disponibilizar as terras e a abertura de novas áreas hábeis ao plantio, o que acaba gerando mais degradação ambiental.

A realidade percebida atualmente é um ecossistema degradado, sua fauna e flora estão irreconhecíveis, os lotes hoje cederam lugar a fazendas de soja e milho de centenas de hectares. Percebe-se também um processo dinâmico de reconcentração fundiária, pois muitos assentados agricultores lograram êxito na expansão das monoculturas, já outros voltaram para as lonas ou empregaram-se no município, abandonando o espaço rural e as atividades econômicas ligadas a este. A reconcentração fundiária nasce quando o assentado, incapaz de tornar o lote produtivo, passa a terceiros, normalmente via contrato de arrendamento, as terras. Estes lotes são somados a outras áreas próprias e lindeiras, formando grandes áreas dominadas pelo cultivo da soja e milho. O arrendamento viabiliza tanto a produção em escala, exigidas pela monocultura moderna, como a renda gerada pela via do arrendamento ao ex-assentado que agora reside e labora na cidade. Com o passar do tempo este arrendatário, mesmo violando as leis que proíbem a venda e o uso por terceiros dos lotes antes da escritura de propriedade, aliena o lote de terras.

4 Árvore nativa do continente asiático, reconhecida em todo o mundo como madeira tropical dura de alta qualidade. Estima-se que, aproximadamente, há 4,3 milhões de hectares cultivados com teca, sendo 83% concentrados na Ásia, 11% na África e 6% na América tropical. No Brasil são mais de 80 mil hectares de teca plantada, onde a maior parte encontra-se no estado do Mato Grosso. Disponível em: <https://www.futuroflorestal.com.br/produtos/visualizar/id/5/teca-tectona-grandis.html>. Acesso em 07 dez 2020.

A expansão da cadeia produtiva da soja (*commodity*), sob a égide das grandes multinacionais impuseram seu padrão produtivista exógeno, mitigando as possibilidades de outras formas de desenvolvimento e prejudicando ainda mais a salvaguarda dos recursos naturais.

Parte pequena dos assentados ainda mantém a caça de pacas, antas, porcos do mato, capivaras, tatus, jacarés, cotias e nambus dentre outros, já fez parte da base alimentar que os mantinham associados ao peixe, vez que muitos dos assentados, quando da instalação do assentamento, não dispunha da cultura alimentar diária do consumo do peixe. Paulatinamente, a escassez dos peixes, em decorrência das atividades predatórias e do desmatamento, força a substituição por proteína animal provenientes do gado, porcos, galinhas e carneiros criados nas propriedades ou adquiridos no comércio local. Como resultado, a proteína derivada do pescado passa a ser consumida de forma aleatória e escassa.

Esta escassez pode ser causada pela junção de muitos fatores, mas três deles ganham destaque no espaço rural do assentamento: o abandono do conhecimento tradicional por parte dos migrantes do Sul; o consumo desequilibrado dos recursos naturais; e as queimadas da floresta amazônica que, em conjunto ou separadamente, afetaram profundamente o bioma mato-grossense.

Os lotes lindeiros ou costeiros dos rios, perfaziam a mesma metragem dos lotes em outros espaços do assentamento, mas tinham contra estes os limites impostos pelas Áreas de Preservação Permanentes. Legalmente impostas pelas normas ambientais nacionais, sendo assim, tais lotes eram considerados lotes residuais ou não disputados pelos assentados quando da instalação das famílias no meio rural. Desta forma, como a intenção do assentado era inicialmente preparar as terras para receber a agricultura ou a pecuária, a primeira opção era longe de áreas de preservação permanente e reservas legais, tendo amplo e integral uso agricultável de cada palmo dos quase 100 hectares que ora seria beneficiado pela Reforma Agrária. Tal situação protetiva seria ainda agravada pelas normas ambientais, pois a região do município do Itanhangá é parte do território da Amazônia Legal.

Assim, dos quase 100 hectares apenas 20% poderiam ser destinados a agricultura, ou outras atividades e o restante deveria ser manter florestada o que na realidade não ocorrera.

Muitos assentados defendem e comprovam que a área dos lotes fora medida desde a margem do rio, não tendo sido destacada as áreas de preservação legal, assim, aumentando o número de lotes no assentamento, e conseqüentemente assentando mais famílias. Mas em contrapartida, a políticas públicas da época incentivavam o assentado a desmatar áreas legalmente protegidas ou ficando este impedido de torná-las agricultáveis, cientes de que um dos requisitos para a titulação definitiva de domínio da terra era estar cumprindo as normas ambientais. E desta forma, muitos destes lotes passaram a ser objeto de desinteresse por parte do assentado, restando a ele a alternativa de explorar a madeira, para venda ou para o seu consumo próprio e ou como recanto para a família, com acesso ao lazer, recreação e a diversão dos banhos de rio e da pesca ainda farta e disponível na década de 90.

Mas a dinâmica de supressão dos recursos naturais foi sendo continuamente praticada e sentida pelos assentados: primeiro, muitos deles tinham-na como meio de subsistência, não só alimentar, como também financeira, passando então a ter dificuldades de praticar a pesca, em vista disto, passaram a usar redes, espinheis, anzóis de galho ou outros instrumentos capazes de quantificar e qualificar aquilo que se pode certamente chamar de pesca extrativista predatória; segundo, a pesca era desenvolvida sem limites de peso, tamanho e ou desrespeitando a época de defeso. Deste modo, em menos de 10 anos, se tornou inviável a manutenção do comércio informal/ilegal pesqueiro, deixando de negociar o pescado com os moradores locais, e ou com os próprios moradores da região; terceiro, com tais práticas, nasceu também um pouco de conscientização ambiental, pois alguns assentados/pescadores começaram a perceber que outros animais como pacas e porcos do mato, não mais apareciam como antigamente e os peixes passaram a ser buscados com dificuldade, com custo e longas distâncias, nascendo com isso toda uma ciência da pesca e solta.

Este último ponto é afirmado com gracioso interesse por parte dos assentados, pois vislumbram a prestação de serviços de pesca, percebendo, aprendendo e recriando o saber tradicional. Em alguns lotes percebe-se um princípio - humilde e singelo - de organização para o turismo da pesca, ou como alguns falam a rota da pesca, enquanto outros seguem adstritos aos tanques para produção de peixes especialmente destinados ao mercado. Esta reestruturação do assentado em suas dinâmicas econômicas e rurais se fez nascer pelo interesse dos familiares, dos amigos, vizinhos e demais pessoas das mais diversas regiões do Brasil que se dispunham a atividade da pesca enquanto modalidade de lazer e turismo no Mato Grosso.

A partir de tais práticas, passaram a perceber que a pesca ainda lhe forneceria uma alternativa de renda rural familiar, vez que todos os instrumentos usados pelos visitantes já estavam disponíveis no local. Assim, o turismo da pesca não dispensaria maiores envolvimento laborais e ou financeiros, pois o essencial, a exemplo de barcos, varas, iscas e combustível, já estavam disponíveis. Por outra via, não estariam comprometendo a mão de obra destinada a outras atividades agrícolas ou não agrícolas desenvolvidas na propriedade, quando parte dos visitantes buscava a propriedade nos finais de semana.

Toda a alimentação e hospedagem eram de responsabilidade do assentado, pois o estabelecimento somente disponibilizava os locais com luz, água, perfazendo instalações, quando existentes, muito próximas ao precário e ao mesmo tempo rústico. Parte dos peixes pescados pelo assentado/empreendedor não consumidos poderiam ser vendidos diretamente aos visitantes (conjuntamente a outros produtos de feitura artesanal), mesmo porque os visitantes poderiam não ter a sorte de tirar bons peixes do rio, mas sempre gostavam de ter resultados positivos registrados nas fotos e filmagens.

No início, vários assentados já possuíam a estrutura e dos instrumentos para satisfazer os visitantes, reuniam-nos em um único local chamado de Sede da Barra, que é o encontro do Rio São Miguel com o Rio Arinos. Alugavam os barcos e ou participavam das

pescarias diretamente, indicando os melhores locais de pesca, ou os locais específicos de cada peixe, lua, hora, iscas, formas de trabalhar com peixe para não o perder após fígado. Desta parceria, parte dos lucros eram partilhados e ou cada qual ficaria com o ganho do aluguel do barco, mas todos estavam envolvidos com os visitantes de forma direta e ou indireta para o sucesso da atividade, pois sabiam que pescado um bom peixe, nasceriam alegrias, amizades, histórias e novas visitas no futuro. O sucesso atual seria indutor de esperança de futura manutenção do próprio negócio em um ciclo de continuidade, assim o empreendimento estaria prosperando não só economicamente, mas também pela felicidade dos assentados em receberem pessoas vinda dos grandes centros, não sendo apenas mais uma família esquecida naqueles fundões de mundo. Percebia-se muitas vezes a troca de presentes, bebidas entre outros objetos e ou mercadorias, quando da ocorrência do retorno.

Observando a infraestrutura e a logística do local, parte-se dos grandes centros como Sinop ou Cuiabá até o município de Itanhangá, via estrada asfaltada e cerca de 40 km em estrada de terra. Este se apresenta com estradas de terra e que na época das chuvas torna o acesso mais dificultoso e perigoso. Para alguns visitantes/turistas é motivo de abandono e desistência do passeio, mas para outros é motivo de aventura nas estradas de barro, pois nestes trajetos podem ser vistos ainda alguns animais, a exemplo de antas e catetos, trafegando pelas estradas nos primeiros horários da manhã e nos finais de tarde.

O aumento do tráfego de veículos, também é um fator negativo para o desenvolvimento do turismo no bioma amazônico, pois não é difícil serem encontrados animais mortos ao longo das estradas que dão acesso aos municípios, sejam estas motivadas por atropelamento e ou tiros dos caçadores.

Os valores cobrados aos visitantes para a pesca nos assentamentos que possuíam estrutura eram entorno de R\$25,00 (vinte e cinco reais) dia/barco, incluídos: barco, remos, local de hospedagem, ou apenas um local gramado para a postura de barracas. O pescado era de

propriedade e responsabilidade do visitante, ele os iria limpar e armazenar em caixas com gelo, e também iria responder pelo tamanho que o pescado possuía, podendo obedecer ou não os limites legais estabelecidos para a captura de cada espécie, mas os peixes com tamanho aquém aos definidos serviam de alimento nos dias da pesca ou isca para os peixes maiores.

Por outra via, em meados do ano de 2005, já existiam alguns empreendimentos do turismo⁵ da pesca mato-grossense, que não eram assentados, em sua maioria, mas exploram a referida atividade cobrando algo em torno de R\$600,00 (seiscentos reais) dia/pessoa, o que incluía: barcos, pirangueiro, varas, bebida, comida, pernoite, junto a outros atrativos. Algumas instalações eram classificadas como pesca luxuosa, em pleno Rio Arinos ou Teles Pires. Os peixes capturados nestes locais deveriam retornar à água, nestes locais, em tese, não havia possibilidade de o visitante levar consigo os exemplares pescados.

O turismo do pescar e soltar é o caminho mais adequado de se alcançar algum patamar de desenvolvimento rural sustentável, quando o peixe pescado volta para água, mantendo-se vivo ao futuro e aos próximos turistas. Assim, os visitantes têm a felicidade de, quase sempre, pescarem bons peixes, as empresas têm a possibilidade lucro constante, reduzindo os impactos diretos na bacia amazônica. O que vai ao encontro dos saberes locais tradicionais, quando informam que a carne do peixe mais velho não é apreciável ao paladar humano, assim, muitos peixes grandes são devolvidos a água.

A ceva! É uma técnica que vem sendo cada vez mais praticado pelo pescador artesanal, seja no Rio Arinos, Teles Pires ou outros rios menores da bacia amazônica. Ela consiste na escolha de um local no rio, dando preferência aos locais com maior profundidade no rio, onde será colocado alimento diário ou semanalmente, dependendo do fluxo de peixes no local. Este alimento consiste em resíduo dos armazéns de secagem de grãos de soja e milho, entre outras partes excluídas no processo de classificação da semente, todos ensacados e

5 www.mantega.com.br

colocados na água, estes eram amarrados para que os grãos da soja fiquem integralmente submersos.

Os peixes, em cardumes, passam a alimentarem-se dos resíduos da soja. Esta prática reflete a escassez do peixe nos rios, em vista das dificuldades de se buscar os melhores peixes bacia. Os assentados com lotes lindeiros aos rios mantêm-se com a renda extra provinda da pesca, mas nos últimos anos eles precisam intervir cada vez mais no sistema das cevas, para manter a quantidade e qualidade do pescado. Parte desta renda é complementada com pensões, aposentadorias, auxílios governamentais, ou do próprio trabalho no lote, ou ainda como empregados de outros assentados ou agricultores do município e da região.

A prática de cevar o peixe, mantendo-o no pesqueiro e facilitando a captura do mesmo, mas está causando uma crise já sentida pelo pescador. As cevas ou o consumo da soja podem estar afetando a ova fora do defeso. Alguns pescadores começaram a perceber que os peixes pescados fora da época de defeso estavam com ovas, o que não deveria estar acontecendo naturalmente. Os próprios pescadores descrevem o problema a partir de sua interferência, onde antes o peixe tinha somente a comida provinda da natureza, já na época da estiagem em que os rios se mantinham no leito a comida era pouca, voltando a se alimentar com mais qualidade na época das chuvas, onde a vazante alcançava o interior das matas e banhados. Os assentados narram que o peixe come a ora que ele quiser, pois há centenas de cevas fornecendo-lhe alimento diariamente, as quais quebraram o seu ciclo alimentar e consequentemente o seu ciclo reprodutivo.

Pouco se viu nos locais que se desenvolviam a atividade da pesca a transformação do peixe em outros produtos que derivariam deste, e que poderiam ser produzidos a partir do pescado como: caldos congelados, iguarias, files, escamas para artesanato dentre outros. Seja pela falta de procura ou falta de interesse aliado a escassez de mão de obra, ou ainda pelo simples fato de não saber fazer, deixando-

se de qualificar e enriquecer uma atividade como a pesca apta a gerar e agregar valor ao trabalho do assentado.

A POSSÍVEL CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Estes espaços naturais amazônicos certamente já sofreram com a extração de madeira, mas acredita-se que uma significativa parcela, ainda intocada pela intervenção humana, esteja presente, sendo elas as Área de Preservação Permanente ou Reservas Legais do Rio Arinos e São Miguel, que formam estes espaços rurais e ambientais fontes de sobrevivência, esperança e manutenção dos assentados.

Para Acselrad (2009) a desigualdade ambiental pode provir tanto da adoção de certas políticas governamentais como de omissões por parte do Estado. Para Schneider (2009) conclui que nas regiões centro-oeste e norte do Brasil, onde se localizam os biomas do cerrado e o amazônico, o debate sobre o desenvolvimento sustentável enfatiza mais a natureza conservacionista e preservacionista da biodiversidade, em geral denunciando o desmatamento e a ocupação da fronteira agrícola por novos e velhos posseiros. Reforçando que ainda são tímidas as propostas de cogestão e uso dos recursos pelas populações genericamente designadas de povos da floresta (seringueiros, pescadores, ribeirinhos, quebradeiras de coco, etc.), que conformam variadas e inúmeras formas de exploração dos recursos florestais e hídricos.

Nesta esteira, os assentados, pequenos produtores, agricultores familiares tem, e poderão ter, no turismo da pesca uma alternativa de exploração com baixo impacto, vez que eles dependem tanto do interesse dos visitantes, como também da quantidade e qualidade dos rios somada a presença dos peixes para que a atividade gera renda. É necessário cuidar para ter, pois os frutos do turismo rural são colhidos no acesso livre e real da natureza que nos cerca.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- Achselrad, H. et. al. (2009). *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garland.
- Almeida, J. P. (1997). “Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável”. In: Almeida, J.; Navarro, Z. *Reconstruindo a Agricultura*. Porto Alegre: UFRGS.
- Almeida, J. P., Gerhardt, C.H. (2009). “Ecologização” e Dominação: A problemática ambiental nos espaços rurais.
- Ashley, C.; Maxwell, S. (2001). Rethinking Rural Development. *Development Policy Review* 19 (4): 395-425.
- Assad, M. L. L. e Almeida, J. (2004). Agricultura e sustentabilidade: contexto, desafios e cenários. *Ciência & Ambiente, Santa Maria* (29), 15-30.
- Azevedo, A. A.; Pasquis, R. (2007, setembro). Da abundância do agronegócio à Caixa de Pandora ambiental: A retórica do desenvolvimento (in) sustentável do Mato Grosso (Brasil). *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local* 8 (2), 183-191.
- Baudel Wanderley, M.N. (2001). “A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural”. En Giarracca, N. *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Chiriboga, M; Plaza, O. M. (1993) *¿Que hemos aprendido en Desarrollo Rural en los 90?* Desarrollo Rural Microregional, San José: IICA.
- Coutinho, A.C. (2009, Janeiro). Condicionantes da expansão da fronteira agrícola em Mato Grosso. *Revista da Política Agrícola XVII* (1), 80-97.
- Dinis, A. (2011). “Para um turismo rural sustentável: empreendedorismo, estratégia de nicho e redes como factores de preservação e inovação no espaço rural”. En Marcelino de Souza; Ivo Elesbão (Org.), *Turismo rural: iniciativas e inovações* Porto Alegre: UFRGS.
- Elesbão, I. (2010). Impactos socioeconômicos do turismo no espaço rural. En Eurico de Oliveira Santos; Marcelino de Souza (Orgs), *Teoria e prática do turismo no espaço rural*. Barueri/SP: Manole.
- Fucks, P.M.; Souza, M. de (2010). Turismo no espaço rural e preservação do patrimônio, da paisagem e da cultura. En Eurico de Oliveira Santos;

- Marcelino de Souza (Orgs), *Teoria e prática do turismo no espaço rural*. Barueri/SP: Manole.
- Gehlen, I.; Mocelin, D. G. (Coord.) (2009). *Organização social e movimentos sociais rurais*. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Gerhardt, C.H. (2008). *Pesquisadores, Populações Locais e Áreas Protegidas: entre a instabilidade dos “lados” e a multiplicidade estrutural das “posições”*. Rio de Janeiro: UFRJ/ICHS (Tese de Doutorado).
- Inacio, M.F. (2010). *Turismo rural e sustentabilidade: dimensões de avaliação e perspectivas*. En Eurico de Oliveira Santos; Marcelino de Souza (Orgs), *Teoria e prática do turismo no espaço rural*. Barueri/SP: Manole.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2020). <http://www.ibge.gov.br>
- Long, N; Ploeg J.D. van der (1994). “Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure”. In: Booth, D. (ed) *Rethinking Social Development: theory, research and practice*. England, Longman, 62-90. Tradução por Rita Pereira, Daniela Garcez e Leandro Krug Wives.
- Lunardi, R. (2010). *Mulher, turismo e desenvolvimento rural: o trabalho feminino na atividade turística*. En Eurico de Oliveira Santos; Marcelino de Souza (Orgs), *Teoria e prática do turismo no espaço rural*. Barueri/SP: Manole.
- Malhotra, N. (2006). *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. Trad. Laura Bocco. Porto Alegre: Bookman.
- Miguel, L. de A. (2006). *Evolução e diferenciação de sistemas agrários, desenvolvimento rural e a história da agricultura no Brasil*.
- Moura, L. G. V.; Almeida, J.; Miguel, L. de A. (2004, maio). *Avaliação da sustentabilidade em agro ecossistemas: um pouco de pragmatismo*. REDES, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) 9 (2), 133 – 155.
- Navarro, Z. (2002). *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. Estudos Avançados 16 (44).

- Oliveira, M. N. et al. (2009). *PROJETO UNÁÍ: pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica.
- Pieve, S. M. N.; Kubo, R. R.; Coelho-De-Souza, G. (2008). Conflitos sócio ambientais: o papel da legislação ambiental na utilização de recursos naturais. Anais do 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais.
- Pieve, S. M. N.; Kubo, R. R.; Coelho-De-Souza, G. (2009). *Pescadores da Lagoa Mirim: etnoecologia e resiliência*. Brasília: MDA.
- Portuguez, A. P.; Peixoto, J. P. (2010). “Impactos e monitoramento ambiental em empreendimentos turísticos no espaço rural”. En Eurico de Oliveira Santos; Marcelino de Souza (Orgs), *Teoria e prática do turismo no espaço rural*. Barueri/SP: Manole.
- Santos, A. S.; Pires, P. S. (2010). “Políticas Públicas de Turismo Rural: uma alternativa necessária”. En Eurico de Oliveira Santos; Marcelino de Souza (Orgs), *Teoria e prática do turismo no espaço rural*. Barueri/SP: Manole.
- Schneider, S. (2007, agosto). Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. Trabalho apresentado no Congresso Europeu de Sociologia Rural. Wageningen/ Holanda.
- Schneider, S. (2009). “Turismo em Comunidades Rurais: inclusão social por meio de atividades não-agrícolas”. In. Brasil. Ministério do Turismo. *Turismo Social: diálogos do turismo: uma viagem de inclusão*. Rio de Janeiro: IBAM.
- Silva, Y. F. e; Junior, M. A. (2010). “Turismo comunitário rural inclusivo como responsabilidade ética e moral da sociedade”. En Eurico de Oliveira Santos; Marcelino de Souza (Orgs), *Teoria e prática do turismo no espaço rural*. Barueri/SP: Manole.
- Soares, J. L. N. (2008, agosto). A organização territorial de assentamentos rurais para atender a legislação ambiental na Amazônia. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária* 3 (6), 143-155.
- Sonnino, R.; Kanemasu, Y.; Marsden, T. (2006). Sustainability and Rural Development. *Unfolging webs*.
- Sparovek, G. (2003). *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira*. São Paulo, USP/MDA/FAO.

- Tulik, O. (2010). “Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias”. En Eurico de Oliveira Santos; Marcelino de Souza (Orgs), *Teoria e prática do turismo no espaço rural*. Barueri/SP: Manole.
- Verdum, R. (2005). Diversidade e conflitos ambientais no Brasil. *L'Ordinaire Mexique Amerique Centrale, Toulouse 1* (200-201), 71-78.